

De olho no Congresso Nacional

Luiz Carlos Lisboa

O Congresso Nacional tem toda razão, agora mais do que antes, em mostrar preocupação a respeito da imagem pouco lisonjeira que a opinião pública vem tecendo a seu respeito ao longo das últimas décadas. Um projeto aprovado há pouco na Câmara dos Deputados, e que ainda não tramitou no Senado, propõe a criação de um programa obrigatório de rádio a ser transmitido em cadeia para todo o País, defendendo o Legislativo do que ele reputa sejam ataques à sua honra e boa fama. Enquanto baixa a póeira de protestos unânimes contra a produção de mais essa "Voz do Brasil", exatamente quando se pensava na extinção da original, tediosa e de feição totalitária, o Congresso capricha na confirmação e no reforço do mau conceito em que é tido, derrubando medidas do governo por razões que se podem chamar de inconfessáveis.

Não há aparência de seriedade que esconda de maneira eficaz o "susto" que parlamentares descontentes quiseram dar num presidente da República que se recusava a fazer as nomeações pedidas e esperadas, ou a vingança política eivada de ressentimentos pela derrota eleitoral de fins do ano passado, expressa no voto contra dado **a priori**. O caso dos deputados que quiseram dar um "puxão de orelhas" no chefe do Executivo, para que ele fique mais atento aos interesses da classe política quando fizer as próximas nomeações, será melhor classificado como estupidez do que como cinismo. É muito provável que o presidente não aprenda a lição, e é absolutamente certo que a manobra não passe despercebida pela Nação. Se o programa "A voz do Congresso" (ou que outro nome tenha) já estivesse no ar todas as noites, no horário nobre que os parlamentares desejavam, seria gritado aos quatro cantos do País que o Legislativo é independente, que o presidente da República perde às vezes em qualquer democracia do mundo, que o governo não podia reeditar essa Medida Provisória 190 para teimar com o Congresso, e assim por diante. A autoridade de uma programação compulsória seria capaz de convencer muita gente da inocência daqueles congressistas que votam contra o Plano Collor porque são a favor do pior, e daqueles outros, menos defensáveis, que votam contra para punir e pressionar um presidente que não quis se comportar como os demais que o precederam, e que **negociaram** com o Congresso.

Não há campanha na imprensa e na TV, não há programação obrigatória ou matéria paga nos jornais, não há multiplicação de entrevistas na mídia que salvem o Congresso da sua realidade opressiva, e da fama que decorre dela. Somente as eleições de outubro que se aproximam poderão fazer algum benefício ao Congresso, e certamente o farão ao País, depurando drasticamente os seus quadros de represen-

tantes que votam em troca de favores, ou votam como quem brande uma arma, de um modo familiar àqueles cavalheiros sicilianos que no tempo da "lei seca" vendiam segurança em Chicago e Nova York. Não adianta negar, embora seja difícil provar: se o presidente Fernando Collor tivesse sido mais **compreensivo** (dizem os jornais que ele tentará negociar, o que é difícil de entender) seu Plano Brasil Novo não estaria correndo perigo hoje, como de fato está. Mas então, o que se deve concluir? Que não há solução para o problema moral no Brasil, porque a interdependência dos poderes da União é um sistema imobilizador de mudanças fundamentais? O eleitorado pode menos do que imagina, neste país? Nos dois pleitos de fins de 1989 o povo decretou mudanças drásticas e rejeitou velhas deformações políticas. Sua vontade está sendo ignorada pelos que não querem nem podem viver sem o Brasil Velho, o país das raposas felpudas da política.

No instante em que o presidente da República reedita a Medida Provisória derrubada pela vingança pessoal e ideológica de políticos **old fashioned** que ainda não saíram de cena, esses mesmos senhores planejam aprovar projeto de lei que reajusta automaticamente os salários, visando à dupla finalidade de **furar** uma vez mais o plano de combate à inflação implantado há apenas dois meses e meio, e arrancar votos da massa brasileira assalariada que vota em outubro deste ano. Isso é política, na velha acepção do termo, daquele jeito que um número crescente de brasileiros gostaria de ver pelas costas. Mas num ponto os cálculos de uns e outros políticos à antiga pecam por falta de objetividade: quando supõem que o mundo será sempre o mesmo no futuro próximo, dominado pelos mais espertos, e o **jeitinho** será sempre o supremo argumento num país conservado em formol. A vontade de mudar que vem aparecendo nas sentenças eleitorais permitidas nos últimos anos indica que o raposismo será em breve objeto de museu, ao lado do fanatismo ideológico que está sendo posto nas prateleiras da Europa, para estudo das futuras gerações sobre a história da estupidez humana.

O Congresso Nacional tem toda razão em mostrar-se preocupado com a imagem que a opinião pública brasileira vem construindo dele próprio. Os homens públicos responsáveis e maduros (que existem) também se preocupam com o perigo de uma rejeição específica estender-se a todo um gênero, uma família, um sistema. É um consolo lembrar que no século das comunicações será mais fácil que nunca separar o joio do trigo, a causa do efeito. O que está acontecendo no Congresso Nacional nestes dias pode ter mais importância na sua história futura e no seu destino do que toda sua crônica passada, no que ela tem de bom e decadente, de patriótico e de vergonhoso.

Luiz Carlos Lisboa é jornalista e escritor